

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas					INTERVALO				
E-books Audiobooks					INTERVALO				
Atividades/Interação					INTERVALO				
Suporte c/Tutoria					INTERVALO				
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. **TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. **MATERIAIS DIDÁTICOS:** Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. **INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. **SOBRE A**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Atualização Jurídica - Direito Eleitoral – Desafios Pós Fake News

CARGA HORÁRIA: 40 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 5 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 30 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Curso Online Atualização Jurídica – Direito Eleitoral: Desafios Pós Fake News

O **Curso Online Atualização Jurídica – Direito Eleitoral: Desafios Pós Fake News**, oferecido pela **Unieducar Universidade Corporativa**, foi estruturado para profissionais que precisam compreender, com profundidade e atualização, os **novos desafios jurídicos do processo eleitoral brasileiro**, especialmente diante do avanço das **fake news, da desinformação digital e do uso de tecnologias emergentes nas eleições**.

Com uma proposta **atual, humanizada e orientada à prática institucional**, o curso é especialmente indicado para **servidores públicos**, membros da Justiça Eleitoral, assessores legislativos, profissionais do Direito, agentes públicos, integrantes de partidos políticos e todos aqueles que buscam **capacitação profissional certificada**, inclusive para fins de **Licença Capacitação**, nos termos da **Lei nº 8.112/90**.

O programa inicia com os **fundamentos do Direito Eleitoral**, abordando conceitos essenciais, fontes, sistemas eleitorais, processo eleitoral e os **princípios fundamentais, específicos e processuais** que orientam a legislação e a jurisprudência eleitoral. Em seguida, aprofunda-se na **estrutura institucional do processo eleitoral**, com foco na atuação da **Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral**, suas competências, atribuições e papel na defesa da legitimidade do pleito.

O curso examina de forma detalhada o **regime jurídico dos partidos políticos**, tratando de criação, fusão, incorporação, extinção, cláusula de barreira, estatutos, responsabilidade civil e trabalhista, filiação e fidelidade partidária, perda de mandato, finanças e contabilidade partidária, além das coligações. Também são analisados os **direitos políticos**, o **alistamento eleitoral**, o domicílio eleitoral, a perda e suspensão de direitos políticos, bem como as **condições de elegibilidade e as hipóteses de inelegibilidade constitucionais e infraconstitucionais**.

No eixo prático do processo eleitoral, o curso aborda **campanhas eleitorais, registro de candidaturas, abuso de poder, condutas vedadas a agentes públicos, financiamento de campanha, prestação de contas**, pesquisas eleitorais e **propaganda político-eleitoral**, com especial atenção às regras aplicáveis aos meios tradicionais e digitais, ao direito de resposta e às representações por propaganda eleitoral ilícita. O conteúdo segue com o estudo das **eleições, votação, apuração, proclamação dos resultados, diplomação e posse**, garantindo uma visão completa do ciclo eleitoral.

Um dos grandes diferenciais do curso está no módulo dedicado aos **desafios contemporâneos do Direito Eleitoral no cenário pós fake news**. São analisados os conceitos de **desinformação, misinformation e malinformation**, a psicologia das bolhas informacionais, os **crimes contra a honra no contexto eleitoral**, a legislação aplicável, o impacto das fake news na legitimidade das eleições e a caracterização da desinformação como forma de **abuso de poder**. O curso também aprofunda a **atuação da Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral no combate à desinformação**, a responsabilidade das plataformas digitais, os deveres de transparência, bem como os riscos das **deepfakes, da inteligência artificial e da manipulação digital** no processo democrático, incluindo propostas de regulamentação e estratégias de resposta e prevenção, como a **educação midiática e a verificação de fatos**.

O **Curso Online Atualização Jurídica – Direito Eleitoral: Desafios Pós Fake News** oferece **certificação na carga horária escolhida**, com **certificado válido em todo o território nacional**, emitido pela Unieducar, apto a comprovar **programa de capacitação profissional**, inclusive para fins de **Licença Capacitação**. O certificado conta com **assinatura eletrônica e sistema de validação online**, assegurando **autenticidade, integridade documental e impossibilidade de falsificação**, permitindo que **setores de RH de órgãos públicos e empresas realizem a verificação integralmente pela internet**.

Ao final do curso, o participante estará preparado para **interpretar, aplicar e enfrentar juridicamente os desafios eleitorais contemporâneos**, atuando com segurança técnica, visão crítica e alinhamento às transformações digitais que impactam diretamente a democracia e o processo eleitoral brasileiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

MÓDULO 1 — FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL

Introdução ao Direito Eleitoral: Definição, Objeto e Objetivo; Fontes do Direito Eleitoral; Sistemas Eleitorais; Processo Eleitoral; Princípios do Direito Eleitoral: Princípios Fundamentais; Princípios Específicos; Princípios Processuais Pertinentes ao Direito

Eleitoral;

MÓDULO 2 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO PROCESSO ELEITORAL

Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral: Introdução; A Justiça Eleitoral: composição, competências e atuação; Ministério Público Eleitoral;

MÓDULO 3 - PARTIDOS POLÍTICOS

Conceito e Criação; Fusão, Incorporação e Extinção de Partidos; Funcionamento Parlamentar e Cláusula de Barreira; Programa e Estatuto; Responsabilidade Civil e Trabalhista; Filiação e Desfiliação; Fidelidade Partidária; Perda de Mandato por Infidelidade; Finanças, Financiamento e Contabilidade; Coligações Partidárias;

MÓDULO 4 — DIREITOS POLÍTICOS E ELEGIBILIDADE

Alistamento Eleitoral: Alistamento e Domicílio Eleitoral; Alistamento Facultativo; Inalistabilidade; Título Eleitoral e Transferência; Cancelamento e Exclusão; Revisão Eleitoral; Perda e Suspensão dos Direitos Políticos; Elegibilidade e Inelegibilidades: Caracterização da Elegibilidade; Condições de Elegibilidade; Elegibilidade de Militar; Reelegibilidade; Momento de Aferição; Arguição Judicial de Falta de Condição; Perda Superveniente; Inelegibilidades Constitucionais e Infraconstitucionais;

MÓDULO 5 – CAMPANHAS E PROPAGANDA

Abuso de Poder e Condutas Vedadas; Registro de Candidatura - Convenção e coligação; Processo de registro; Impugnações; Campanha, Financiamento e Contas - Prestação de contas e doações irregulares; Pesquisas e Propaganda Político-Eleitoral: Regras de pesquisas eleitorais; Conceitos e limites da propaganda político-eleitoral. Propaganda Eleitoral: Normas legais; Meios de veiculação (rádio, TV e internet); Direito de resposta. Propaganda Eleitoral Ilícita; Representações, estrutura e cabimento;

MÓDULO 6 — VOTAÇÃO, APURAÇÃO, RESULTADO E POSSE

Eleições e Votação: As Eleições; O Voto; Garantias Eleitorais; Preparação da Eleição e da Votação; A Votação; Apuração, Proclamação dos Resultados e Posse: Apuração e Totalização; Proclamação de Resultados; Diplomação e Posse;

MÓDULO 7 - CRIMINALIDADE ELEITORAL

Crimes Eleitorais: Crimes Concernentes à Formação do Corpo Eleitoral; Crimes Relativos à Formação e Funcionamento dos Partidos; Crimes em Matéria de Inelegibilidade; Crimes de Propaganda Eleitoral; Crimes Relativos à Votação; Crimes Pertinentes à Garantia do Resultado; Crimes sobre Organização e Funcionamento dos Serviços Eleitorais; Crimes contra a Fé Pública Eleitoral; Processo Penal Eleitoral: Instauração e Inquérito Policial; Fase de Conhecimento; Competência; Conexão e Continência; Revisão Criminal Eleitoral;

MÓDULO 8 — DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO E A JUSTIÇA ELEITORAL

FUNDAMENTOS DAS FAKE NEWS E DA DESINFORMAÇÃO ELEITORAL: Conceitos Iniciais; Desinformação, Misinformation e Malinformation; Psicologia da Desinformação e formação de bolhas informacionais;

CRIMES CONTRA A HONRA E CRIMES ELEITORAIS ASSOCIADOS: Calúnia, Injúria e Difamação; Crimes Eleitorais contra a Honra; Responsabilização de autores, apoiadores e disseminadores;

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS FAKE NEWS EM CONTEXTO ELEITORAL: Código Eleitoral; Lei das Eleições; Resoluções do TSE; Marco Civil da Internet; Projetos legislativos sobre plataformas e IA;

IMPACTOS DAS FAKE NEWS NAS ELEIÇÕES: Influência no eleitorado; Manipulação informacional e discurso de ódio; Ataques à legitimidade das instituições; Fake News como forma de abuso de poder;

ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO: Programas e parcerias do TSE; Mecanismos de monitoramento; Medidas judiciais de remoção, bloqueio e sanções; Atuação do Ministério Público Eleitoral;

RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: Conteúdo orgânico e impulsionado; Deveres de transparência; Moderação e rastreabilidade; Cooperação com autoridades;

DEEPPAKES, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MANIPULAÇÃO DIGITAL: Conceito e tipologia; Riscos ao processo eleitoral; Desafios para identificação; Propostas de regulamentação;

CONSEQUÊNCIAS PARA CANDIDATOS, PARTIDOS E ELEITORES: Repercussões jurídicas; Cassação, multa e inelegibilidade; Danos à imagem e impacto eleitoral; Estratégias de resposta rápida; EDUCAÇÃO MÍDIÁTICA E PREVENÇÃO: Programas de alfabetização midiática; Papel da imprensa, escolas e sociedade; Boas práticas de verificação de fatos;

LGPD E PROTEÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO ELEITORAL

A Lei Geral de Proteção de Dados (lei número 13.709/2018) aplicada às campanhas; Tratamento de dados pessoais de eleitores e bancos de dados partidários; Limites à coleta de dados em pesquisas e propaganda política; Responsabilidade dos agentes de tratamento e o papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em conjunto com o TSE;

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TECNOLOGIA NAS ELEIÇÕES

O uso de IA na produção de propaganda eleitoral e rotulagem de conteúdo; Combate à desinformação e às Deepfakes no processo eleitoral; Uso de algoritmos em pesquisas de opinião e segmentação de eleitores (microtargeting); Impacto das novas tecnologias na integridade do pleito e resoluções vigentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).